

Tropicália
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Tropicália Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 2.5.2 e 5 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Na mensuração do ativo de contrato e do reconhecimento da receita líquida se faz necessário o uso de premissas pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Em função da incertezas relacionadas à premissas e estimativas para a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes consideramos esse assunto como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;</p> <p>ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas, utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e</p> <p>iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contador CRC RJ-100983/O-7

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		25	46	Fornecedores	7	9.260	20.017
Títulos e Valores Mobiliários	4	25.209	174.164	Impostos e contribuições a recolher		673	813
Despesas antecipadas		409	418	Outros passivos		569	949
Imposto de renda retido na fonte		3.871	1.940	Dividendos	9e	17.046	29.553
Outros ativos		<u>40</u>	<u>35</u>	Encargos da dívida - debêntures	6	<u>1.319</u>	<u>-</u>
		<u>29.554</u>	<u>176.603</u>			<u>28.867</u>	<u>51.332</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Tributos Diferidos	8a	120.951	83.740
Concessão do serviço público (ativo contratual)	5	855.784	607.498	Debêntures	6	<u>461.408</u>	<u>421.641</u>
Despesas antecipadas		340	749			<u>582.359</u>	<u>505.381</u>
Outros ativos		45	45	Patrimônio líquido	9		
Imobilizado		72	125	Capital social		58.000	96.000
Intangível		<u>70</u>	<u>52</u>	Reserva Legal		11.314	7.725
		<u>856.311</u>	<u>608.469</u>	Reserva de lucros a realizar		168.631	117.493
				Reserva Especial		<u>36.694</u>	<u>7.141</u>
						<u>274.639</u>	<u>228.359</u>
Total do ativo		<u>885.865</u>	<u>785.072</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>885.865</u>	<u>785.072</u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	10	158.696	422.481
Remuneração do ativo de concessão	10	89.589	42.332
Custo de construção	11	<u>(97.213)</u>	<u>(259.026)</u>
Lucro bruto		<u>151.072</u>	<u>205.787</u>
Despesas Operacionais	12	<u>(2.851)</u>	<u>(3.784)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>148.221</u>	<u>202.003</u>
Receita Financeira		2.288	5.722
Despesas Financeira		<u>(41.544)</u>	<u>(19.054)</u>
Resultado financeiro	13	(39.256)	(13.332)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>108.965</u>	<u>188.671</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	8b	<u>(37.193)</u>	<u>(64.237)</u>
Lucros líquido do exercício		<u>71.772</u>	<u>124.434</u>
Resultado por ação (básico e diluído) – em R\$		0,711	1,232

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	71.772	124.434
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>71.772</u>	<u>124.434</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Reserva de lucros						Lucro ou Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros a realizar	Reserva Especial		
Em 31 de dezembro de 2018	9	10.101	90.900	(5.000)	1.503	28.834	-	-	126.338
Integralização do capital social		85.899	(85.899)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	124.434	124.434
Constituição de reservas		-	-	-	6.222	88.659	-	(94.881)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(29.553)	(29.553)
Constituição de reserva		-	-	-	-	-	7.141	-	7.141
Em 31 de dezembro de 2019	9	96.000	5.001	(5.000)	7.725	117.493	7.141	-	228.360
Redução do capital social		(38.000)	-	-	-	-	-	-	(38.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	71.772	71.772
Constituição de reservas		-	(5.001)	5.000	3.589	51.138	29.553	(54.726)	29.553
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	-	(17.046)	(17.046)
Em 31 de dezembro de 2020		58.000	-	-	11.314	168.631	36.694	-	274.639

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	71.772	124.434
Ajuste		
Depreciação e Amortização	72	86
Juros e Atualização sobre Debêntures e Financiamentos	41.087	16.478
Remuneração de Ativo de Contrato	(151.072)	(205.787)
	(38.140)	(64.789)
Variações nos ativos e passivos		
Despesas antecipadas	417	404
Imposto de renda retido na fonte	(1.931)	(1.842)
Outros ativos	(4)	(1)
Fornecedores	(10.758)	6.380
Impostos e contribuições a recolher	(141)	(178)
Impostos diferidos	37.211	64.324
Juros pagos	-	(1.837)
Outros passivos	(380)	1.134
Caixa líquido utilizado proveniente das atividades operacionais	<u>(13.727)</u>	<u>3.595</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo financeiro da concessão	(97.213)	(259.025)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(37)	(15)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(221.441)	(838.377)
Resgate em títulos e valores mobiliários	370.396	686.736
Caixa líquido utilizado provenientes das atividades de investimentos	<u>51.705</u>	<u>(410.681)</u>
Emissão de debêntures	-	407.000
Aquisição de empréstimos	-	116.038
Redução do Capital Social	(38.000)	-
Amortização de empréstimos	-	(116.038)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(38.000)</u>	<u>407.000</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(22)	(86)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>46</u>	<u>132</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>25</u>	<u>46</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é até fevereiro de 2022, entretanto o Contrato de Concessão prevê na cláusula quinta, oitava subcláusula, que a data de necessidade para o sistema é janeiro de 2017. Sendo assim, a entrada em operação comercial do empreendimento pode ocorrer a qualquer momento após essa data. A Companhia em seu plano de negócios estimava a data de agosto de 2020 para entrada em operação do empreendimento, contudo com o impacto do covid-19 houve uma postergação para janeiro de 2021, tendo isso refletido nos contratos EPC necessários a sua construção.

Para a construção do empreendimento estima-se um investimento da ordem de R\$ 440 milhões.

Em 21 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 146, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

Por meio da portaria nº 310 de 23 de outubro de 2017, do Ministério de Minas e Energia (MME), a Companhia teve seu Projeto de Energia Elétrica enquadrado como prioritário, o que reforça a sua importância para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O Estado da Bahia concedeu por meio da Resolução nº 16/2018, o PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, o benefício consiste em redução de 40% (quarenta por cento) do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, publicada em DOU em 19 de junho de 2018.

Em 27 de setembro de 2018, foi aprovado pelo MME, através da Portaria 214, o enquadramento da Companhia como projeto prioritário para o Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU).

Em 17 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato Declaratório Executivo nº 205, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), para Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica (SAPEAÇU), que poderá ser usufruído por 5 anos da data da habilitação.

Atualmente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, já tendo todas as Licenças Ambientais necessárias a implantação do Projeto.

Todos os contratos necessários a sua implantação já foram assinados com os fornecedores, e foram constituídos na modalidade “Turn-Key”, garantindo uma maior previsibilidade e controle dos custos totais de implantação.

Para o desenvolvimento do projeto, foi firmado o contrato de Construção da Linha de Transmissão com a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda., o contrato de fornecimento de cabos com a Alubar Metais e Cabos S.A. e o contrato de Construção das entradas de linha nas Subestações com a Siemens Ltda. Tais contratos definem como sendo de responsabilidade integral das contratadas todo o processo de engenharia, compra de equipamentos/materiais e construção do empreendimento. Os contratos contam com as garantias usualmente utilizadas neste tipo de contrato para assegurar que o empreendimento seja concluído no prazo e custo acordados.

Para atuar na área fundiária, foi contratada a Empresa de Cadastramento Avaliações e Regularizações Imobiliárias Ltda. - Ecari e para as atividades de meio ambiente foi contratada a Dossel Ambiental Ltda.

Para auxiliar na gestão do projeto, a Laureano & Meirelles Engenharia Ltda. - LM Engenharia, foi contratada para exercer as atividades de Engenharia do Proprietário.

A Companhia já possui os Contrato de Compartilhamento de Instalação (CCIs) necessários: Para a SE SAPEAÇU, foi assinado em 30/05/17 contrato com TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A, e SE POÇÕES foi assinado CCI com EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A em 31/10/18.

Em 24 de abril de 2020 a Companhia assinou contrato com empresa Cotesa Engenharia LTDA, os serviços de operação e manutenção que serão executados em 2 (dois) períodos distintos, compostos pelas seguintes fases:

- Período de pré-operação:
 - Fase de mobilização: terá início a partir do dia útil subsequente à da emissão da ordem de serviço e pode se estender por até 90 (noventa) dias;
 - Fase de acompanhamento do comissionamento: terá início concomitantemente com o início do comissionamento e se conclui com o final do mesmo.
- Período de operação comercial: correspondente ao período que se inicia após a emissão do Termo de Liberação de Provisória (“TLP”) pelo ONS, com duração de 60 (sessenta) meses, contados a partir do TLP.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 21 de Agosto de 2018, através da Resolução n 7252, autoriza a Tropicália, a implantar Reforços em instalação de transmissão em SAPEAÇU, sob sua responsabilidade e estabelece R\$ 1,3 milhões (base jul/17) como Receita Anual Permitida (“RAP”), que será reajustada anualmente pelo IPCA.

1.1 Impactos do COVID 19

1.1.1 Contexto Geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o

estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

1.1.2 Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da Administração e estão limitados aos últimos dias de dezembro.

Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), em consonância com a lei das S.A. e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de março de 2021.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos

apresentados.

1.2 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 4.4 de Avaliação dos Instrumentos Financeiros.

1.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 2.5.2;

1.6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

1.6.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são

diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são

baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

1.6.2 Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a TROPICÁLIA regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois

fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

1.6.3 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

1.6.4 *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro real por estimativa.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de imposto de renda e contribuição social. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

1.6.5 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

1.6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

1.6.7 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

1.6.8 Dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa N° 9e.

1.7 Mensuração do valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

1.8 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos (alteração ao CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC40/IFRS7)
- IFRS 17 Contratos de Seguro

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

2 Gestão de risco financeiro

2.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) *Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia possuía dois instrumentos de operação de termos de moedas, que foram liquidados em março de 2019.

1. NDF 16L00207079 - USD 2,9 milhões - Vencimento: 01/03/19 - Tx 4,081000- Resultado Líquido de R\$ (993) mil

2.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

2.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

	31/12/2020		
		Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial	Recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	-	25	25
Títulos e valores mobiliários	-	25.209	25.209
	-	25.234	25.234
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Debêntures		462.727	462.727
		462.727	462.727

31/12/2019			
	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	46	46
Títulos e valores mobiliários	-	174.164	174.164
	-	174.210	174.210
 Passivos, conforme balanço patrimonial			
		Outros passivos financeiros	Total
Debêntures		421.641	421.641
		421.641	421.641

2.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.5 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

2020					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			0,75%	2,75%	4,75%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	25	0	1	2
	Títulos e Valores Mobiliários	25.209	189	693	1.197
			2,31%	4,52%	6,31%
IPCA %	Debêntures	462.727	10.689	20.915	29.198

2019					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
			3,94%	5,94%	7,94%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	46	2	3	4
	Títulos e Valores Mobiliários	174.164	6.862	10.345	13.829
			2,31%	4,31%	6,31%
IPCA %	Debêntures	421.641	9.740	18.173	26.606

3 Títulos e valores mobiliários

Circulante	31/12/2020	31/12/2019
Certificados de depósitos bancários	25.209	128.132
Fundo de investimentos	-	46.032
	<u>25.209</u>	<u>174.164</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDB e Fundo de Investimentos realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4 Concessão do serviço público (ativo contratual)

A movimentação dos saldos referente aos aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	2020	2019
Saldo inicial	<u>607.498</u>	<u>142.686</u>
Aquisição de ativo de concessão	97.213	259.026
Receita financeira sobre ativo de concessão	89.589	42.332
Receita de margem de construção	61.428	163.454
Saldo final	<u><u>855.728</u></u>	<u><u>607.498</u></u>

5 Debêntures

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

Os recursos oriundos dessa captação serão suficientes para concluir toda a construção do empreendimento.

Também foi formalizado um aditivo ao CPG (Contrato de Prestação de Garantias), assinado em fevereiro/2019, aumentando o valor das fianças “completion” para R\$ 407.000 mil.

- **Prazo:** 24 anos (até agosto de 2043)
- **Custo:** IPCA + 5,0921%.
- **Carência:** 36 meses (até agosto de 2022)
- Juros apurados semestralmente ocorrendo o 1º Pagamento em agosto de 2021
- Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	IPCA + 5,0921%	<u>462.727</u>	<u>421.641</u>
Principal		407.000	407.000
Juros		<u>55.727</u>	<u>14.641</u>
Passivo circulante		1.319	-
Não circulante		461.408	421.641

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição

Debêntures	31/12/2019	Aquisição			Amortização		31/12/2020
		Principal	Juros	Atualização Monetária	Principal	Juros	
Debêntures	437.265	22.736	18.350	-	-	478.351	
Custos de captação incorridos na captação	(15.624)			-	-	(15.624)	
Total:	421.641	22.736	18.350	-	-	462.727	

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos	2020
2021	1.319
2022	578
2023	2.313
2024	3.471
2025	3.470
Após 2025	<u>452.895</u>
	462.727
Vencimentos	2019
2021	-
2022	509
2023	2.035
2024	3.053
2025	3.052
Após 2025	<u>412.992</u>
	421.641

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até completion
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão

Covenants financeiros

Devido a essa debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

6 Fornecedores

	2020	2019
LMeng Consultoria Projetos Engenharia Ltda	-	540
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	2.347	1.992
Siemens Ltda	6.395	16.902
Outros	<u>518</u>	<u>583</u>
	9.260	20.017

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Diferido Ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	15.434	5.057
Bases negativas de contribuição social	<u>5.598</u>	<u>1.821</u>
	<u>21.032</u>	<u>6.878</u>
Diferido passivo		
Imposto de Renda diferido	104.385	66.630
Contribuição social diferida	<u>37.579</u>	<u>23.988</u>
	<u>141.964</u>	<u>90.618</u>
Imposto de renda e Contribuição social Diferido	<u>120.932</u>	<u>83.740</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

b. Efeitos no resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	108.910	188.671
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	37.029	64.148
Bônus e gratificações	99	78
Outros	46	11
	37.174	64.237
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	-	-
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	37.174	64.237
	37.174	64.237

8 Patrimônio líquido

c. Capital social

O capital social em 31 de dezembro 2019 era de R\$ 96.000 (noventa e seis mil reais), representados por 101.000.500 ações ordinárias sem valor nominal. Em 31 de janeiro de 2020 ocorreu a redução de capital social em R\$ 38.000 (trinta e oito milhões), passando o capital social de R\$ 96.000 (noventa e seis milhões de reais) para R\$ 58.000 (cinquenta e oito milhões de reais) sem o cancelamento de ações, conforme Ata de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28 de novembro de 2019. Passando a ser apresentado da seguinte forma:

	2019/ 2020	
	Quantidade de ações	Participação %
Tropicalia Fundo de Investimento em Participações	26.502	45,69
Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse	16.193	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	9.529	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	5.776	9,96
	58.000	100

d. Reserva de Capital

Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 11 de janeiro de 2019, foi deliberado o montante de R\$ 85.899 para integralização de capital. Em 24 de novembro de 2020, foi deliberado o cancelamento de integralização do total destinado a conta de reserva de capital.

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos

fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

b. Reserva legal e de lucros a realizar

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A destinação concernente a reserva legal em 2020 foi no valor de R\$ 3.587 e em 2019 foi no valor de R\$ 6.222

De acordo com a Lei 6.404/76, art.197., no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Os valores destinados a reserva de lucros a realizar no exercício de 2019 e 2020, foram no montante de R\$ 88.659 e de R\$ 51.112, respectivamente.

c. Dividendos propostos

No exercício de 2020 e 2019, foram constituídos dividendos mínimos no valor de R\$ 17.037 e no valor de R\$ 29.553, respectivamente, com a seguinte base de cálculo:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	71.736	124.434
Constituição de reserva legal (5%)	3.587	6.222
Base de cálculo do dividendo	<u>68.149</u>	<u>118.212</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>17.037</u>	<u>29.553</u>

d. Reserva Especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembléia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Conforme Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2019, houve a deliberação para a reversão do provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2018 no valor de R\$ 7.141 visto que esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

Conforme Assembléia Geral Ordinária de 08 de abril de 2020, houve a deliberação para a reversão do provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 no valor de R\$ 29.553 visto que esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

9 Receita bruta

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de Construção	158.641	422.481
Remuneração do ativo de concessão	<u>89.589</u>	<u>42.332</u>
Total receita bruta	248.230	464.813

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 / IFRS 15 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção.

10 Custo de construção

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(77)	(79)
Administradores	(728)	(1.241)
Material	(26.508)	(132.132)
Serviços de terceiros	(69.255)	(125.104)
Aluguéis	(195)	(30)
Seguros	<u>(450)</u>	<u>(440)</u>
	<u>(97.213)</u>	<u>(259.026)</u>

11 Despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(1.091)	(670)
Administradores	(693)	(761)
Material	(42)	(58)
Serviços de terceiros	(795)	(2.043)
Depreciação e Amortização	(72)	(86)
Aluguéis	(148)	(141)
Impostos e taxas	<u>(10)</u>	<u>(25)</u>
	<u>(2.851)</u>	<u>(3.784)</u>

12 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(457)	(189)
Juros e Atualização s/ Financiamentos	-	(1.837)
Juros e Atualização s/ Debêntures	(41.087)	(14.641)
Outras despesas financeiras	(1)	(2.387)
	<u>(41.544)</u>	<u>(19.054)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	2.275	5.717
Outras receitas financeiras	13	5
	<u>2.288</u>	<u>5.722</u>
	<u>(39.256)</u>	<u>(13.332)</u>

13 Meio ambiente

A Companhia obteve todas as Licenças Ambientais necessárias ao início da implantação do Projeto. Conforme destacadas abaixo:

- a Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 5 de Dezembro de 2017;
- a Licença de Instalação (LI) foi emitida pelo IBAMA no dia 21 de Junho de 2018.

14 Seguros

Os Seguros relacionados a obra estão dentro dos contratos dos construtores. (conforme relacionados abaixo):

- Seguro Garantia nº 066532017000107750002923 - Endosso 0000000, contratado pela Tropicália Transmissora de Energia S.A. junto à Pan Seguros S.A. tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurada, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2017 até 6 de novembro de 2022;
- Seguro de Riscos de Engenharia nº 02852.2018.0031.0167.0001826 - Endosso 00003, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência de 15 de junho de 2020 até 30 de setembro de 2022;
- Seguro de Responsabilidade Civil Geral nº 02852.2018.0031.0351.0002986 - Endosso 00004, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência a partir de 30 de setembro de 2020 até 31 de janeiro de 2021;
- Seguro Garantia nº 03-0776-0163715, apólice de referência: 03-0776-0160860, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à Juntos Seguros S.A., na modalidade

“Executante Construtor”, tendo a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como segurada, com vigência a partir de 15 de junho de 2020 até 30 de dezembro de 2020; e

Será enviado a Companhia, cópia de todas as apólices dos Seguros, para cumprimento da condição suspensiva à data de início das obras.

a. Seguro garantia da ANEEL

De acordo com o Edital do Leilão 013/2015 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 270 (duzentos e setenta) dias após a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO”.

15 Honorário dos administradores

O total pago, no exercício de 2020 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 1.258 e em 2019 o montante foi de R\$ 1.919.

16 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Em 2019, a Companhia não possuía contingências com risco de perda provável ou possível e nem passivos contingentes a serem divulgados, de acordo com seus advogados externos.

Em 2020, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

Possuí as seguintes causas possíveis:

- a) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ECARI (responsabilidade solidária), com pedidos de declaração de rescisão indireta; salários; recolhimento, liberação e indenização sobre F.G.T.S; multas dos art. 467 e 477 da C.L.T.; indenizações e honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.
- b) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de adicional de periculosidade, com reflexos no aviso prévio, férias, 13.º salário, F.G.T.S., indenização de 40% sobre o F.G.T.S.; e honorários

advocatícios. Em 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo.

- c) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de indenização correspondente ao período estabilitário; pagamento de adicional de periculosidade com reflexos no aviso prévio, férias, 13.º salário, F.G.T.S. e indenização de 40% sobre o F.G.T.S.; e honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrentes desse processo

17 Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2021, ocorreu a entrada em operação comercial.

* * *

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0